

PROPOSTA ESCOTADA  
Favor devolver imediatamente à  
Seção de Avisos.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 456, DE 1997

(Do Sr. Chico Vigilante e Outros)

Dá nova redação ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

(APENSE-SE A PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 257, DE 1995)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Artigo único.** O art. 37, inciso II, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.(...)

I.(...)

II.a investidura em cargos ou emprego públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, sendo, nestas, vedadas as nomeações por detentor de mandato, de cargo de direção, de chefia ou de representação na administração pública direta, indireta e fundacional, de seus cônjuges, companheiros(as) ou parentes até terceiro grau, em suas respectivas áreas de atuação.

(...)”

### JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda Constitucional tem por objeto a proibição, em todos os graus da administração pública, direta e indireta, da prática do nepotismo. O Congresso Nacional deu um bom exemplo no final do ano de 1996, ao aprovar, no Projeto de Lei que tratava sobre o plano de cargos dos servidores do Poder Judiciário Federal, dispositivo que vedava a nomeação, em cargos em comissão e em funções comissionadas, de “cônjuge”, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, salvo a de o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir junto ao Magistrado determinante da

incompatibilidade". Esta redação, que hoje já é Lei, vez que sancionada pelo Presidente da República, tem origem, por sua vez, no Regimento do Supremo Tribunal Federal (S.T.F.). Assim, o Judiciário federal deve, a partir de agora, funcionar sem as nomeações de parentescos, que em geral configuram-se como prática contrária ao interesse público.

Para que haja uma uniformidade a nível da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, faz-se necessária uma emenda à Constituição Federal, para que, em seu art.37, seja limitada a *livre nomeação* para cargos em comissão, no sentido de vedar detentor de posto de direção na administração pública a efetuar nomeação de parentescos.

A presente PEC visa, portanto, evitar fatos lamentáveis que vêm sendo objeto de manchetes na imprensa de todo o país. Infelizmente, até mesmo alguns dos novos Prefeitos Municipais, empossados em 1º de janeiro último, já deram mostras que se utilizarão do nepotismo, a bem dos interesses particulares e familiares dos administradores públicos, e em detrimento aos interesses públicos.

Sala das Sessões, 10 de janeiro de 1997.

  
Deputado CHICO VIGILANTE

#### Assinaturas Confirmadas

ADAO PRETTO  
ADELSON SALVADOR  
ADEMIR LUCAS  
ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
ADYLSO MOTA  
AFFONSO CAMARGO  
AGNELO QUEIROZ  
AIRTON DIPP  
ALBERICO CORDEIRO  
ALCIDES MODESTO  
ALDO ARANTES  
ALEXANDRE CARDOSO  
ALEXANDRE CERANTO  
ALMINO AFFONSO  
ALVARO GAUDENCIO NETO  
ALZIRA EWERTON  
ANTONIO BRASIL  
ANTONIO FEIJAO  
ANTONIO GERALDO  
ANTONIO JORGE  
ARLINDO CHINAGLIA  
ARMANDO COSTA  
ARTHUR VIRGILIO  
ATILA LINS  
B. SA  
BASILIO VILLANI  
BENEDITO DOMINGOS

BONIFACIO DE ANDRADA  
BOSCO FRANCA  
CARLOS AIRTON  
CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
CARLOS MAGNO  
CARLOS MELLES  
CHICAO BRIGIDO  
CHICO DA PRINCESA  
CLAUDIO CHAVES  
CONFUCIO MOURA  
CORAUCCI SOBRINHO  
CORIOLANO SALES  
DARCI COELHO  
DARCISIO PERONDI  
DE VELASCO  
DOMINGOS LEONELLI  
ELIAS MURAD  
ELISEU PADILHA  
EMERSON OLAVO PIRES  
ENIO BACCI  
ENIVALDO RIBEIRO  
ESTHER GROSSI  
EURIPEDES MIRANDA  
EXPEDITO JUNIOR  
FERNANDO FERRO  
FERNANDO ZUPPO  
FEU ROSA

FRANCISCO HORTA  
FREIRE JUNIOR  
GERALDO PASTANA  
GERMANO RIGOTTO  
GERSON PERES  
GERVASIO OLIVEIRA  
GILNEY VIANA  
GILVAN FREIRE  
GONZAGA MOTA  
GONZAGA PATRIOTA  
HAROLDO SABOIA  
HELIO BICUDO  
HELIO ROSAS  
HERCULANO ANGHINETTI  
HERMES PARCIANELLO  
HUMBERTO COSTA  
IVAN VALENTE  
JAIME MARTINS  
JAIR BOLSONARO  
JAIR MENEGUELLI  
JAIR SOARES  
JAIR CARNEIRO  
JAQUES WAGNER  
JOANA DARC  
JOAO ALMEIDA  
JOAO COSER  
JOAO FASSARELLA  
JOAO HENRIQUE

JOAO IENSEN  
JOAO MAGALHAES  
JOAO MAIA  
JOAO MENDES  
JOAO PAULO  
JOSE AUGUSTO  
JOSE BORBA  
JOSE CARLOS LACERDA  
JOSE CARLOS VIEIRA  
JOSE DE ABREU  
JOSE GENOINO  
JOSE JANENE  
JOSE LUIZ CLEROT  
JOSE MACHADO  
JOSE MAURICIO  
JOSE PIMENTEL  
JOSE PINOTTI  
JOSE THOMAZ NONO  
LUCIANO CASTRO  
LUCIANO ZICA  
LUIZ ALBERTO  
LUIZ BUAIZ  
LUIZ GUSHIKEN  
LUIZ MAINARDI  
MAGNO BACELAR  
MARCELO DEDA  
MARCIA MARINHO  
MARIA DA CONCEICAO TAVARES  
MARIA LAURA  
MARIA VALADAO  
MARTA SUPPLY  
MIGUEL ROSSETTO  
MILTON MENDES  
MILTON TEMER  
MURILO DOMINGOS  
MUSSA DEMES  
NAN SOUZA  
NARCIO RODRIGUES  
NELSON MARQUEZELLI  
NELSON OTOCH

NELSON TRAD  
NILMARIO MIRANDA  
NILSON GIBSON  
NOEL DE OLIVEIRA  
ODACIR KLEIN  
ODILIO BALBINOTTI  
ORCINO GONCALVES  
OSCAR ANDRADE  
OSMANIO PEREIRA  
PADRE ROQUE  
PAES LANDIM  
PAULO BERNARDO  
PAULO FEIJO  
PAULO GOUVEA  
PAULO HESLANDER  
PAULO LIMA  
PAULO PAIM  
PAULO RITZEL  
PAULO ROCHA  
PEDRO CANEDO  
PEDRO WILSON  
RAQUEL CAPIBERIBE  
RAUL BELEM  
RICARDO HERACLIO  
RICARDO IZAR  
ROBERTO BALESTRA  
ROBERTO PAULINO  
ROBERTO PESSOA  
ROBERTO ROCHA  
ROBERTO VALADAO  
SALOMAO CRUZ  
SARAIVA FELIPE  
SEBASTIAO MADEIRA  
SERGIO BARCELLOS  
SERGIO CARNEIRO  
SEVERIANO ALVES  
SILVERNANI SANTOS  
SILVIO TORRES  
SIMAO SESSIM  
SIMARA ELLERY

TELMA DE SOUZA  
TILDEN SANTIAGO  
TUGA ANGERAMI  
UDSON BANDEIRA  
USHITARO KAMIA  
VALDEMAR COSTA NETO  
VANIA DOS SANTOS  
WALDOMIRO FIORAVANTE  
WALTER PINHEIRO  
WILSON BRAGA  
WILSON CIGNACHI  
WILSON CUNHA  
WOLNEY QUEIROZ  
ZAIRE REZENDE  
ZILA BEZERRA

#### Assinaturas Confirmadas Repetidas

ALEXANDRE CERANTO  
ANTONIO FEIJAO  
GILVAN FREIRE  
JOAO HENRIQUE  
SERGIO CARNEIRO

#### Assinaturas que Não Conferem

ALDO REBELO  
DALILA FIGUEIREDO  
ITAMAR SERPA  
MIRO TEIXEIRA  
NEDSON MICHELETI  
SERGIO MIRANDA  
VALDECI OLIVEIRA

#### Assinaturas que Não Conferem Repetidas

PAULO HESLANDER

#### Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

ANTONIO JOAQUIM

Ofício nº 38/97

Brasília, 26 de março de 1997.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Chico Vigilante e outros, que **"Dá nova redação ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal"**, contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

179 assinaturas válidas;  
007 assinaturas que não conferem;  
001 assinatura de Deputado licenciado; e  
006 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

  
CRISTIANO DE MENEZES FEU  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

---

### TÍTULO III

#### Da Organização do Estado

---

### CAPÍTULO VII

#### Da Administração Pública

### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

---

### TÍTULO IV

#### Da Organização dos Poderes

---

### CAPÍTULO I

#### Do Poder Legislativo

---

### SEÇÃO VIII

#### Do Processo Legislativo

---

### SUBSEÇÃO II

#### Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

.....